

## Os documentos cartográficos e outras iconografias: importância na pesquisa e preservação do patrimônio cultural do Brasil

Antônio Gilberto Costa<sup>1</sup>

Centro de Referência em Cartografia Histórica - UFMG  
[ag.costa@uol.com.br](mailto:ag.costa@uol.com.br)

### RESUMO

A utilização de documentos cartográficos e outras iconografias em pesquisas diversas, mas notadamente na área do Patrimônio Cultural e de seus acervos, e nomeadamente os p<sup>é</sup>treos, que também envolvem prospecções arqueológicas e geológicas, com levantamentos de materiais e de técnicas, vem se mostrando cada vez mais imprescindível para o conhecimento e para a preservação desse patrimônio. Com a presente comunicação, pretende-se demonstrar essa importância na obtenção de informações sobre monumentos históricos, edificados com fins militares, civis ou religiosos, e sobre os materiais p<sup>é</sup>treos utilizados em suas construções. Pela pesquisa constata-se, com alguma frequência, que descritos na literatura, alguns desses monumentos encontram-se parcial ou totalmente degradados, enquanto outros foram transferidos de local. Um terceiro conjunto é formado por aqueles cujas referências ou representações existem apenas nos já citados documentos. Dentre os vários casos já estudados, serão apresentadas situações concretas envolvendo construções históricas nas regiões norte e sudeste do Brasil. Do norte será abordada situação envolvendo as ruínas de uma igreja de pedra, construída no estado do Amapá, na cidade de Mazagão Velho. Nesse caso, dentre vários documentos analisados, destacam-se: a *PLANTA do terreno místico ao lugar de S<sup>ta</sup> Anna do Rio Mutuacá, executada por volta de 1769* e a *CARTA THOPOGRAFICA, DA CIR CONFERENCIA, DA VILLA DE MAZAGAM*, feita por volta de 1774. Da região sudeste, de Minas Gerais, destaca-se a questão do pelourinho de Vila Rica, descrito em documento do Arquivo Público Mineiro intitulado: *Condissoens comazquaiz Sehão dearrematar o Pellourinho desta V.<sup>a</sup> Rica*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cartografia Histórica; edificações históricas; materiais e técnicas construtivas; patrimônio construído.

---

<sup>1</sup> Professor Associado do Departamento de Geologia do IGC-UFMG, Coordenador do LABTECRochas do IGC-CPMTC, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Geologia do IGC-UFMG, Coordenador da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG e Coordenador do Centro de Referência em Cartografia Histórica.

## I - INTRODUÇÃO

Dando sequência ao projeto que trata de identificar os materiais pétreos e as técnicas construtivas empregadas na construção do patrimônio cultural edificado do Brasil, iniciado com a obra Rochas e Histórias do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas Gerais<sup>2</sup>, encontra-se em fase de desenvolvimento a pesquisa que visa o levantamento de informações sobre construções históricas nas regiões norte e nordeste do Brasil. Parte dessas informações, levantadas com a utilização de documentos cartográficos e outras iconografias, constituem o objeto da presente comunicação.

## II - PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO NA REGIÃO NORTE: O CASO DAS RUÍNAS DE MAZAGÃO VELHO

É do extremo norte do Brasil, da região do atual Estado do Amapá, o primeiro dos dois estudos de caso a serem apresentados. Nesse caso trata-se das ruínas de uma igreja construída nos anos 1770, cuja única representação encontra-se em um documento cartográfico da época.

Historicamente, essa região fazia parte do Estado do Maranhão e Grão Pará e foi elevada à condição de capitania, em 14 de junho de 1637, com a denominação de Capitania do Cabo do Norte. Por falta de descendentes de Bento Maciel Parente, foi incorporada à Capitania do Grão-Pará, em fins do século XVII. Para a citada região, sabe-se que poucas foram as edificações construídas e que menor ainda é o número de edificações ou de registros existentes, atestando a passagem ou a presença de colonizadores europeus, até fins do primeiro quartel do século XIX. Estendendo esse período até o final do império, em fins do XIX, o quadro encontrado é praticamente o mesmo.

Assim, desde o tempo em que Américo Vespúcio percorreu o litoral do atual território amapaense, em 1499, passando pelo período da América portuguesa, até o final do Império do Brasil, todo esse patrimônio edificado nessa região restringiu-se a algumas poucas construções, que em boa parte não resistiu às adversidades climáticas, seja por conta das técnicas e dos materiais empregados, seja por conta das inúmeras investidas contra o mesmo e à falta de cuidados para com a sua preservação.

Nesse território, alvo freqüente de ataques ingleses, holandeses e franceses, bem como em praticamente toda a região amazônica, a colonização portuguesa, que de fato teve início concretamente apenas a partir da segunda metade do século XVIII, encarregou-se da construção de edificações em pontos estratégicos, principalmente voltadas para a defesa do mesmo, como atestam

---

<sup>2</sup> COSTA. Rochas e Histórias do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas. 291 p.

as fortificações ou suas ruínas ainda existentes, bem como de pequenas vilas no entorno de algumas dessas fortificações.

### III - O HISTÓRICO DE MAZAGÃO, DA ÁFRICA PARA A REGIÃO AMAZÔNICA

Por conta de conflitos religiosos entre portugueses cristãos e árabes muçulmanos e dos altos custos para a manutenção da praça de Mazagão, localizada em território marroquino, D. José I, rei de Portugal determinou a desativação dessa cidade fortaleza, em 10 de março de 1769 e o destino de muitas das famílias que ali residiam foi a Nova Vila de Mazagão, com implantação determinada para uma área localizada na porção norte do território da América portuguesa e como parte de um planejamento estratégico visando a defesa daquela porção desse território.

Nesse meio tempo, providências estavam já sendo tomadas pelo governador do Grão-Pará e Maranhão, Ataíde Teive, pois nesse caso tratava-se da construção de uma nova Mazagão, mas em plena região amazônica.

Em 07 de junho de 1770, começaram a ser transferidas 136 famílias para a nova Mazagão, hoje Mazagão Velho, denominação que passou a vigorar para a localidade desde o dia 23 de janeiro de 1770, quando foi elevada à categoria de Vila. Lobo D'Almada assumiu função militar e de presidente da Câmara Municipal, impulsionando o progresso da nova Mazagão. No entanto, foi na administração do sargento-mor, Izidoro José da Fonseca Cabral de Mesquita, que a vila, de fato, prosperou. Ele assumiu o comando da Vila em 25 de abril de 1775. Em 1778, a região produzia algodão e arroz, tendo contribuído com o abastecimento da cidade de Belém do Pará.

Por conta de uma epidemia de cólera, que alastrou-se na região, matando dezenas de mazaganenses, por volta de 1781, e por conta de inúmeras outras vicissitudes, o desenvolvimento da Nova Vila de Mazagão não durou. Entrando em franco processo de decadência, retornou à condição de povoado, em 1833 e sua jurisdição administrativa ficou, portanto, subordinada ao município de Macapá. Em 30 de abril de 1841, através da lei provincial do Pará n.º 86, a localidade volta a denominar-se Mazagão Velho. Em 19 de abril de 1888, Mazagão Velho foi elevada à categoria de cidade, por determinação da lei provincial n.º 1334. No século XX, com a construção da nova sede, Mazagão Velho voltou à condição de distrito.

### IV - A VILA NOVA DE MAZAGÃO - ANTECEDENTES

A assinatura do Tratado de Madrid, entre Portugal e Espanha, em 1750, contribuiu para que o governo português buscasse formas de aumentar a sua presença em terras da antiga Capitania do Cabo do Norte. A estratégia consistia no assentamento de povoados e na construção de fortalezas.

Assim, o governo português determinou a construção de uma nova povoação na margem esquerda do rio Amazonas, a Vila de São José de Macapá. Concomitante com a construção, a ocupação por colonos, inicialmente ilhéus açoreanos, aconteceu entre 29 de agosto de 1751 e 25 de janeiro de 1752. Esse povoado, elevado à condição de vila em 4 de fevereiro de 1758 e à de cidade em 6 de setembro de 1856, constituiu o primeiro núcleo de colonização portuguesa situado na margem esquerda do rio Amazonas

Mas, com a assinatura de um novo tratado, o de El Pardo, de 1761, e o aparente fim do uso do *uti possidetis*, como forma de se acertarem os limites, São José de Macapá passou a ficar em território espanhol e desta forma tornava-se mais do que urgente a construção de uma grande fortaleza para a proteção da vila e do acesso à região amazônica. Em 02 de janeiro de 1764, o governador Fernando da Costa de Ataíde Teive em visita à vila, visitou o terreno escolhido e aprovou a planta para a nova fortaleza, cuja construção esteve sob a responsabilidade do Sargento-mor Henrique Antônio Galluzzi, até outubro de 1769, quando esse veio a falecer.

Instalada a Vila de São José de Macapá, que com a sua Fortaleza de São José consistia no principal ponto de defesa do canal norte do Rio Amazonas, tornava-se agora necessária a implantação de outros povoados próximos que pudessem assim lhe dar algum apoio, caso necessário.

Assim, em seguida à Vila de São José, cuidou o governo da implantação de um segundo povoamento, que recebeu a denominação de Vila Vistosa da Madre de Deus. Criado em 1765, fundado em 1767, às margens do rio Anauerapucu, foi desativado por volta de 1798.

No caso da Vila Nova de Mazagão, terceiro povoamento, criado em 23 de janeiro de 1770, essa implantação ajudaria na defesa dos canais de acesso à grande e ainda inexplorada região amazônica, e também funcionaria como apoio à Vila de São José de Macapá, o que fica claro pelos termos do ordenamento real que determinava a transferência de famílias: “que se estabeleça uma nova Povoação na Costa septentrional das Amazonas, para se darem as mãos com o Macapá, e com Vila Vistoza”.

Por essa e outras razões, a Vila Nova de Mazagão passou a fazer parte desse sistema de apoio à Fortaleza de São José, juntando-se às já existentes vilas de Macapá e Vila Vistoza da Madre de Deus.

## V - A VILA NOVA DE MAZAGÃO - LOCAL DE INSTALAÇÃO E ENGENHEIRO RESPONSÁVEL

O local para a instalação da Vila Nova de Mazagão foi sugerido por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em carta que enviada ao Governador Fernando da Costa de Ataíde Teive. Com base nas recomendações de Mendonça Furtado, o governador, incumbiu seu ajudante engenheiro Domingos Sambucetti de procurar o local mais adequado naquela região para a implantação da vila. Após examinar o local, Sambucetti prestou contas ao governador, informando sobre a escolha do “terreno místico ao lugar de Santa Ana do Rio Mutuacá, do qual fez uma planta, desenhando a nova vila sobre o povoado já existente”.

Sobre esse povoamento existente no local escolhido, escreveu Renata Malcher de Araújo<sup>3</sup>: “Esta povoação de Santa Ana tivera origem num conturbado descimento de índios feito por Francisco Portilho. Portilho, (...), era um dos muitos “capitães” que faziam resgates e comércio de indígenas. Em 1753 resgatara 500 e os “descera” para Macapá. Proibido, por Mendonça Furtado, de concretizar negócio com os ditos índios, Portilho aceita formar uma nova povoação, que se instalou inicialmente na ilha de Santana, próxima a Macapá” [em 1754]. Em 1756, a povoação foi transferida para as margens do Anarapecu e em 1769, a mesma foi novamente transferida para as margens do rio Mutuacá, coincidindo com o início do projeto de transferência dos mazaganistas, que tinha por meta o estabelecimento de “uma povoação tão grande quanto a Vila de São José”<sup>4</sup>.

Definido o local, foram tomadas as providências para a instalação da nova vila. A esse respeito, Renata Malcher de Araújo escreveu: “Seguindo as determinações de Mendonça Furtado e a própria metodologia recomendada pelo ministro, o governador encarregou “pessoa capaz” para as operações preliminares da instalação da nova vila. O genovês Domingos Sambucetti foi o escolhido. De si e do seu trabalho ele próprio fez um retrato no ofício que enviou ao reino, pedindo para ser promovido ao cargo de sargento-mor engenheiro, então vago. Diz que servia na capitania há já 13 anos, que participara em trabalhos nas fortalezas de Gurupá, Santarém, Almerim e na de Macapá inclusive, e o seu último trabalho fora “tirar a planta do terreno para a nova Vila de Mazagão” em cujas diligências diz ter “padecido repetidos incômodos e riscos, dando de todo a devida satisfação de seu cargo.”<sup>5</sup>

<sup>3</sup> ARAÚJO. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII*. p. 267.

<sup>4</sup> ARAÚJO. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII*. Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao ajudante José de Barros Machado, de 16 de Outubro de 1758 (POMB 163fl. 167 v.), p. 289.

<sup>5</sup> AHU, Pará Caixa 744 (30) / 9 de janeiro de 1770. Ofício de Domingos Sambucetti ao Conselho Ultramarino.

Também participou da instalação da vila o capitão Ignácio de castro de Moraes Sarmento, mas como ressalta Araújo<sup>6</sup>: “a formação de engenharia militar de Sambucetti dotava-o especialmente para a resolução das questões relativas à implantação e ao desenho da forma urbana. Assim, embora não estejam assinadas, é a este engenheiro que creditamos as (...) plantas que fazem o corpus iconográfico da fundação da vila”.

## VI - A CARTOGRAFIA DA IMPLANTAÇÃO DA VILA NOVA DE MAZAGÃO

Dos levantamentos preliminares efetuados por Sambucetti, resultaram dois documentos, provavelmente de 1769: o *MAPA TOPOGRAPHICO Dos Rios Preto Mutuacá e seus repartimentos*<sup>7</sup> e a *PLANTA do terreno místico ao lugar de S<sup>ta</sup> Anna do Rio Mutuacá*<sup>8</sup>.

No mapa (Figura 01), com o norte no topo e com indicação dos pontos cardeais e colaterias, encontra-se a localização do povoado de S. Ana e dos repartimentos, ou divisão de terras de *Thomas Luis e do Ajud.*, localizados na margem esquerda de dois dos afluentes do Mutuacá. Além do traçado do rio Mutuacá, traz também o do rio Preto, com correção. À direita tem-se representado o curso do rio Amazonas.

<sup>6</sup> ARAÚJO. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII*, p. 271.

<sup>7</sup> Escala [ca. 1:56.000], duas léguas comuas de 20 por grão = [20 cm] - [c. 1769] mapa manuscrito p & b; 30 x 39 cm em folha de 39 x 51 cm (Casa da Ínsua Cota 60 A).

<sup>8</sup> Escala [ca. 1:3900], duzentas braças = [11,3 cm]. [c. 1769] - planta manuscrita 34 x 43 cm em folha de 39 x 51 cm. [Casa da Ínsua cota no. 24].

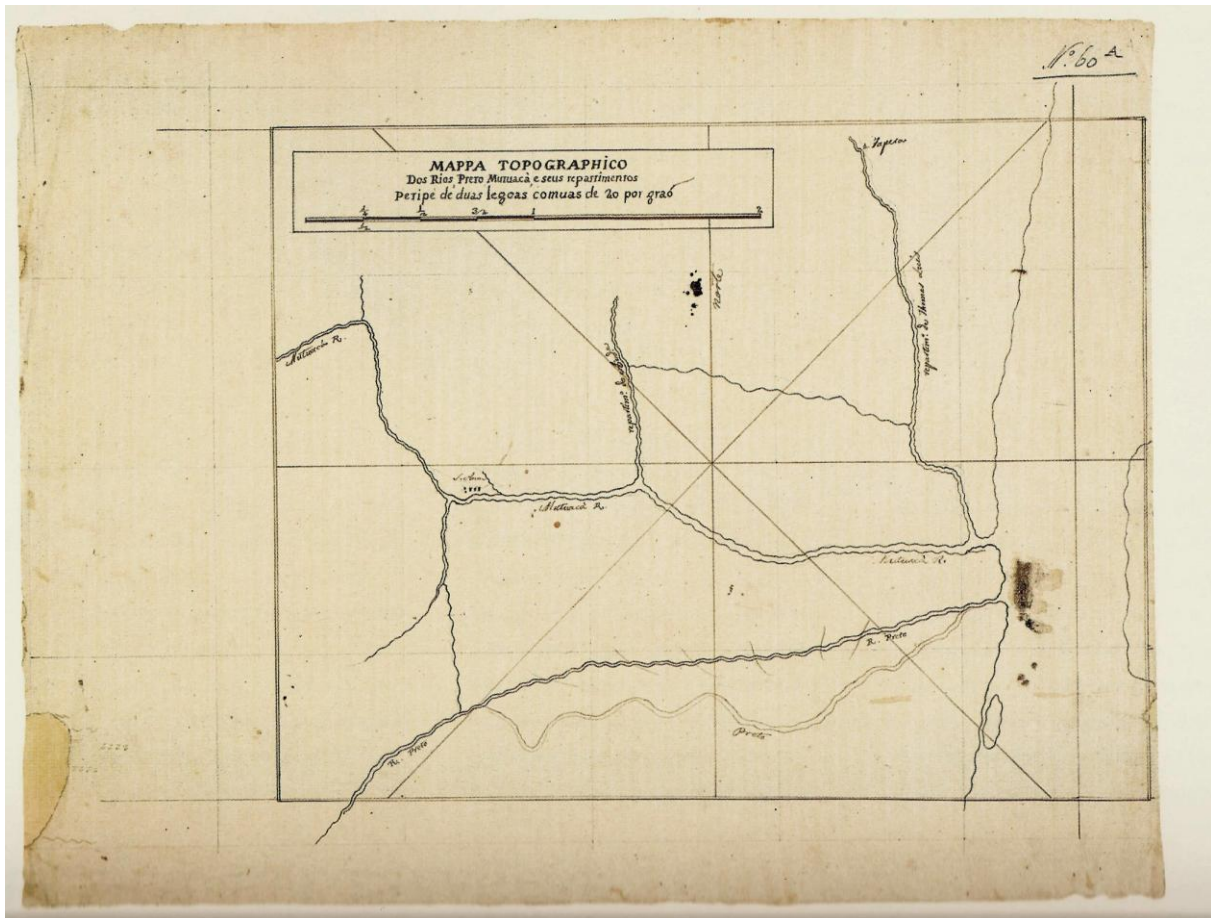


Figura 01: MAPA TOPOGRAPHICO Dos Rios Preto Mutuacá e seus repartimentos. [Fonte: A mais dilatada vista do Mundo. Inventário da Coleção Cartográfica da Casa da Insua].

Na PLANTA do terreno místico ao lugar de S<sup>ta</sup> Anna do Rio Mutuacá (Figura 02), que com certeza deve tratar-se de um esboço, são visíveis inúmeros apontamentos, nas margens, além de inúmeros traços a lápis. Esse esboço pode ser entendido como o preparatório para a planta definitiva também de Sambucetti. A planta apresenta a indicação dos pontos cardeais, encontrando-se orientada com o noroeste no topo. Apresenta uma referência com relação às coordenadas geografias no canto superior direito: *na Latit. A 22' 83' Occidentalior Macapa = 326° 20' Long.<sup>e</sup> da ilha do ferro*. Mais adequadamente identificada como um esboço, em parte borrão, traz inúmeras anotações. A legenda, denominada EXPLICAÇÃO, identifica a área do lugar denominado Santa Anna (A, A lugar de S.<sup>ta</sup> Anna), com a localização de suas principais edificações: n<sup>o</sup> 1 - Igreja. 2. Casa do Vigario. 3. Sarg.<sup>to</sup> mor. 4 Capitão. 5. Alferes. 6. Ajudante. 7 Almazem. 8 Director. A partir do antigo povoamento de Santa Anna partem linhas, descritas como estradas: AB, estrada de 250 braças: BC, estrada de 250 braças, BC dita de 214 braças até o Jgarapé: CD, dita de 114 braças até as Campinas, EF, estrada de 218 braças até o rio: GH dita de 268 braças até o rio. As áreas sinalizadas com

letra R, correspondem a *Terreno p.a se rossar*. Na PLANTA, ao contrário da explicação, estão indicadas 192 braças para EF e 194 para GH.

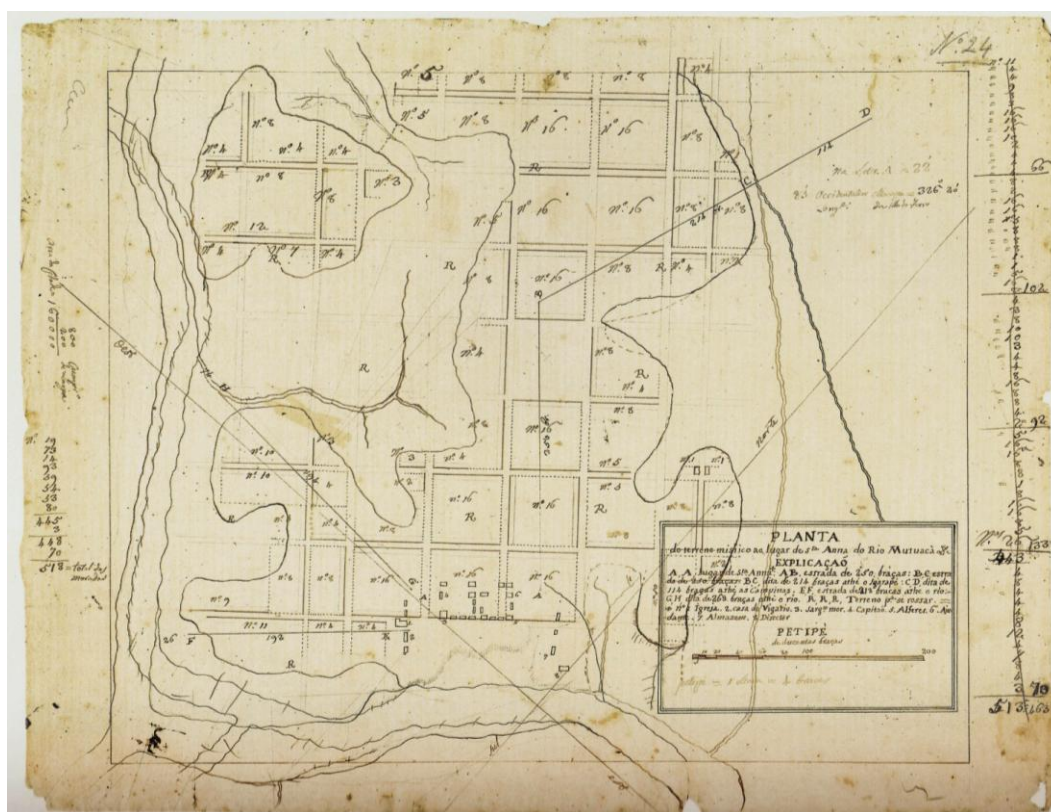


Figura 02: PLANTA do terreno místico ao lugar de Sª Anna do Rio Mutuacá [Fonte: A mais dilatada vista do Mundo. Inventário da Coleção Cartográfica da Casa da Índia].

Nessa PLANTA encontram-se indicadas as novas quadras para a implantação da Nova Vila de Mazagão, representadas por sobre a representação do antigo povoado de Santa Ana, implantado por Francisco Portilho, em 1769. Encontram-se também indicadas as áreas ou quadras que deveriam ser roçadas, sendo importante destacar que na mesma aparece a identificação e localização da capela (Igreja de Sta. Ana) que já encontrava-se edificada no povoado de Santa Ana. Com a implantação da Nova Vila do Mazagão, essa igreja será, por algum tempo, a única referência do antigo povoado. Não encontram-se nessa planta indicações de locais para a implantação dos símbolos dos poderes civil, judiciário e da igreja. Com a implantação da nova vila, aparece a representação de uma igreja nas plantas seguintes à do *Terreno Místico*, mas nos locais indicados nesta como *Almazen* e [casa do] *Director*.

Como resultado desse esboço preliminar deve ter sido preparada a Planta da Nova Villa de Mazagão situada em 22 min.<sup>s</sup> de Latit. austral, e na Longitude de 326<sup>o</sup> e 20 min.<sup>s</sup> contada da ilha do ferro em optimo



e vantajoso terreno na margem do Rio Mutuacá, q. correndo o rumo de Leste pelo espaço de duas legoas desagoa na margem settentrional do grande Rio das Amazonas. Projectada e executada sobre o terreno por mando do (...) (Figura 03). Segundo Daniela Texeira Fernandes<sup>9</sup>, o final do título: Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor Fernando da Costa de Ataíde Teive Governador e Capitão General do Estado<sup>10</sup>, encontra-se no verso do mapa.

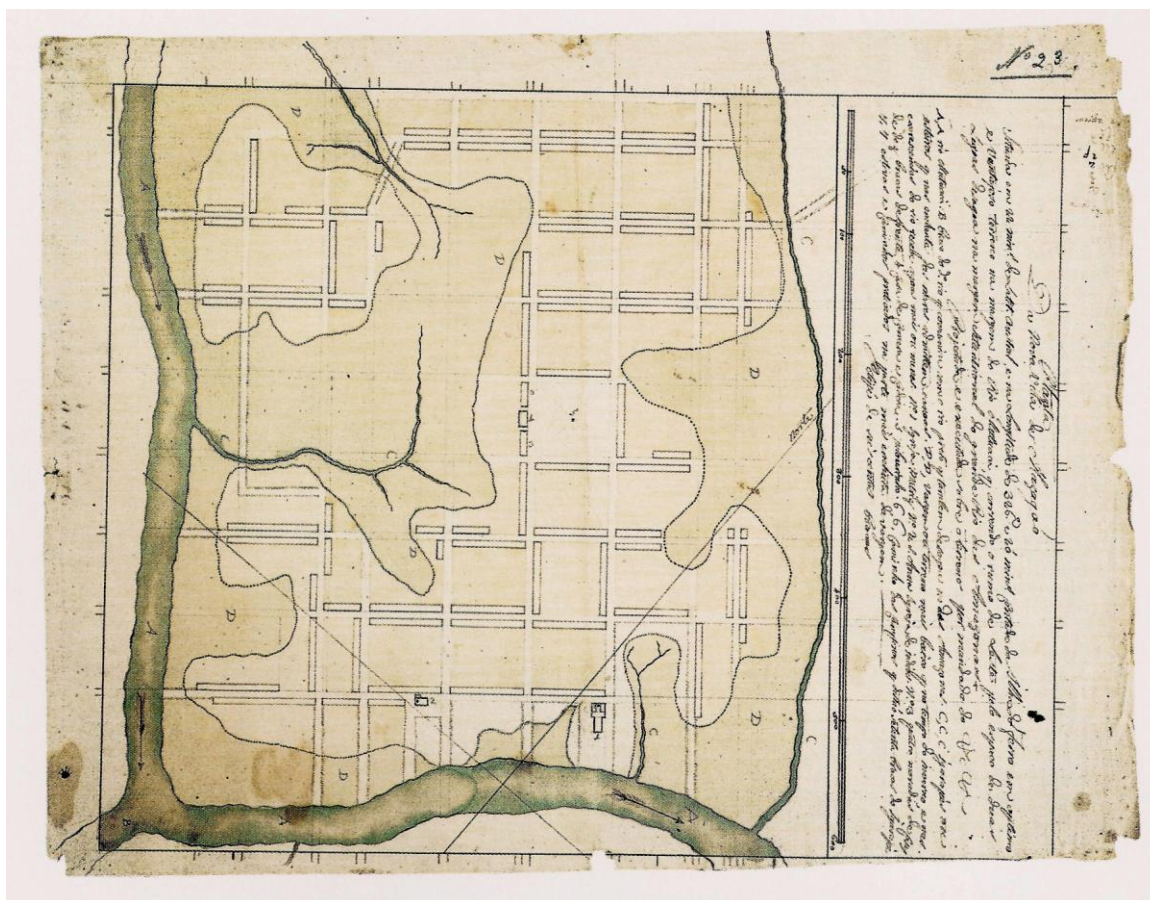


Figura 03: Planta da Nova Villa de Mazagão situada em 22 min.<sup>s</sup> de Latit. austral, e na Longitude de 326<sup>o</sup> e 20 min.<sup>s</sup> contada da ilha do ferro em optimo e vantajoso terreno na margem do Rio Mutuacá, q. correndo o rumo de Leste pelo espaço de duas legoas desagoa na margem settentrional do grande Rio das Amazonas. Projectada e executada sobre o terreno por mando do (...) [Fonte: A mais dilatada vista do Mundo. Inventário da Coleção Cartográfica da Casa da Insua].

9 Descrição Bibliográfica de Material Cartográfico. p.201 In: A Mais Dilatada Vista do Mundo. Inventário da Coleção Cartográfica da Casa da Insua. João Carlos Garcia (Coord.). Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. [s. d.] 479p.

10 Escala [ca. 1:3.900], seiscentas braças = [33,9 cm]; [c. 1770];. Manuscrita e colorida; 44 x 36 cm em folha de 51 x 39 cm. [Casa da Insua cota no. 23].

Na Planta já não se encontra representado o povoado de Santa Ana, permanecendo apenas a localização da sua capela, que acabou por ser utilizada durante algum tempo. Assim, a representação da antiga igreja de Santa Ana encontra-se na planta e é identificada na legenda como: N<sup>o</sup>.2 S. Anna Igreja de índios. Nessa planta já existe uma referência à Igreja Matriz que se pretendia construir, que é identificada pelo N<sup>o</sup>.1. Na planta, ela aparece no local onde anteriormente<sup>11</sup> encontrava-se o armazém e a casa do Director. do antigo Povoado de Santa Ana.

São indicadas ainda na Planta as localizações de quatro moradas de casas de dez braças de frente (N<sup>o</sup>.3), a casa de camera e cadeia (N<sup>o</sup>.4), o pilourinho (5), o Caminho das Campinas q. distaõ setenta braças do Igarapé (6), estivas e caminhos praticados na parte mais enchuta da vargem (7) e a escala: Petipé de seiscentas braças. Os dois últimos números aparecem apenas legenda. Na legenda e na planta, a letra A corresponde ao curso do rio Mutuacá. A letra B indica: Braço do dto. Rio [Mutuacá] q. comunica com o rio preto q. tambem desagoa no das Amazonas. A letra C: é igarapé ou esteiros q. nas enchentes das mares admitem canoas. D indica a presença de áreas de várzea ou terreno mais baixo q no inverno, e nas excrescencias do rio recebe agoas mais ou menos. Da mesma legenda constam as indicações: do rio Mutuacá e do braço deste rio que comunica com o rio Preto (como aparece no mapa anterior) (AA, B); dos igarapés e várzeas, que correspondem aos terrenos alagáveis no inverno e portanto não utilizáveis em termos de instalação de casas (C, D).

A CARTA THOPOGRAFICA, DA CIR CONFERENCIA, DA VILLA DE MAZAGAM<sup>12</sup> (Figura 04), também de autoria de Sambocetti e produzida por ordem do Capitão-general Fernando da Costa Ataide Teive, governador da Capitania do Pará, deve ter tido por base o mapa topográfico do próprio Sambocetti. É considerada como sendo um documento propaganda da citada vila, dadas as formas e cores empregadas na sua feitura. É o único documento que traz uma representação ou iconografia da Nova Vila de Mazagão.

<sup>11</sup> Ver PLANTA do terreno místico ao lugar de Sta Anna do Rio Mutuacá.

<sup>12</sup> Produzida por Domingos Sambocetti [c. 1774], pertence ao acervo da Mapoteca do Itamaraty (Inv. 2547).

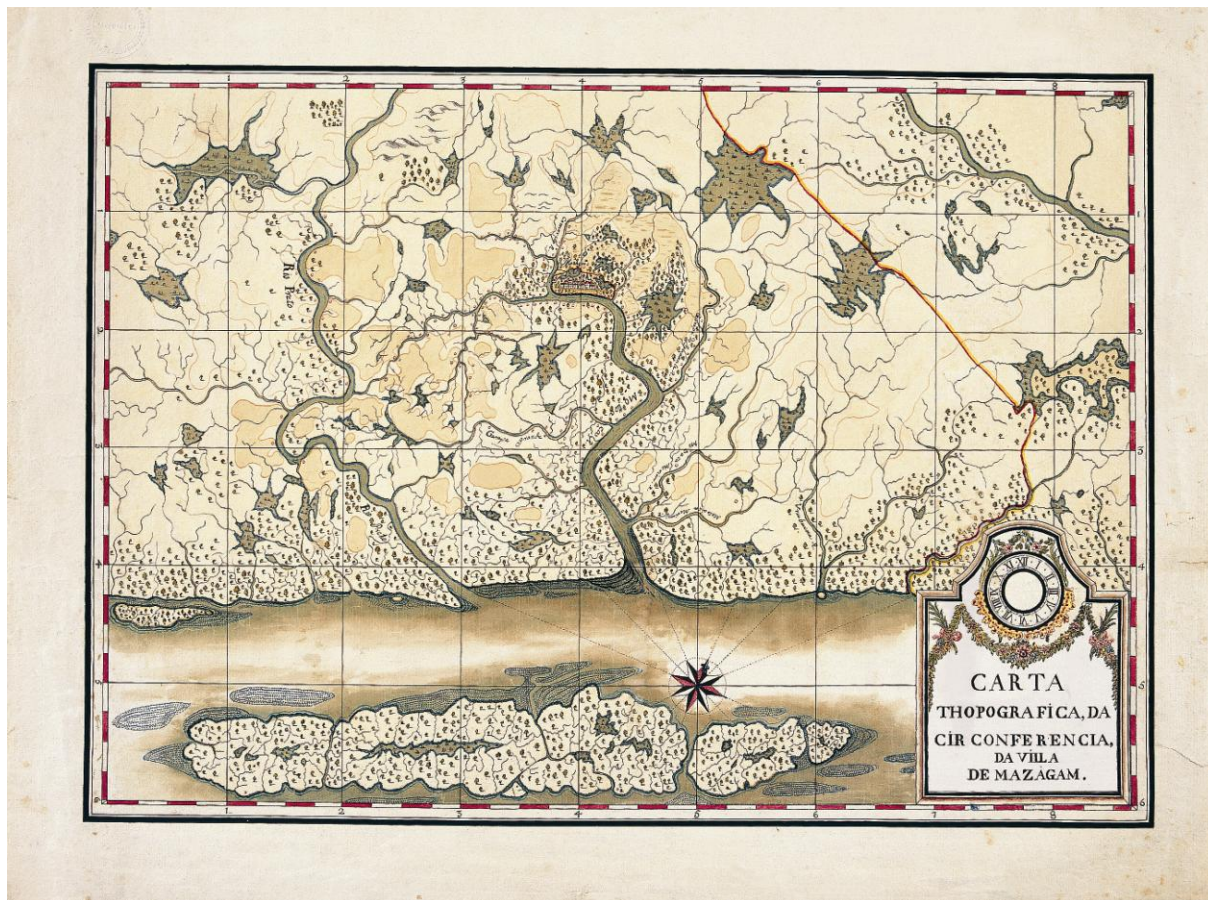


Figura 04: CARTA THOPOGRAFICA, DA CIR CONFERENCIA, DA VILLA DE MAZAGAM [Fonte: Acervo da Mapoteca do Itamaraty - RJ].

Completando o conjunto de documentos cartográficos que trata da implantação da vila, a *PLANTA DA VILLA NOVA DE MAZAGAÕ EXPLICAÇÃO*<sup>13</sup> (Figura 05) que segundo registros do Arquivo Histórico Ultramarino corresponde a uma cópia datada de c. 1830, tal como nas plantas anteriores, traz a localização da Casa de Câmera e Cadeia e o Pelourinho separados da Igreja Matriz e esta mantém-se representada como nas plantas anteriores, defronte ao rio Mutuacá e próxima à antiga capela de Santa Anna. Nesta planta, encontram-se representadas as *casas de sobrado do mestre de campo*, em uma área situada imediatamente atrás da área destinada à Igreja Matriz.

<sup>13</sup> Escala [ca.1:4.000]; [c.1830]; planta ms., color., desenho a tinta; 35,5 x 47,1cm - em folha 37,7 x 51,2cm; [COTA: AHU\_CARTm\_013, D. 0822]

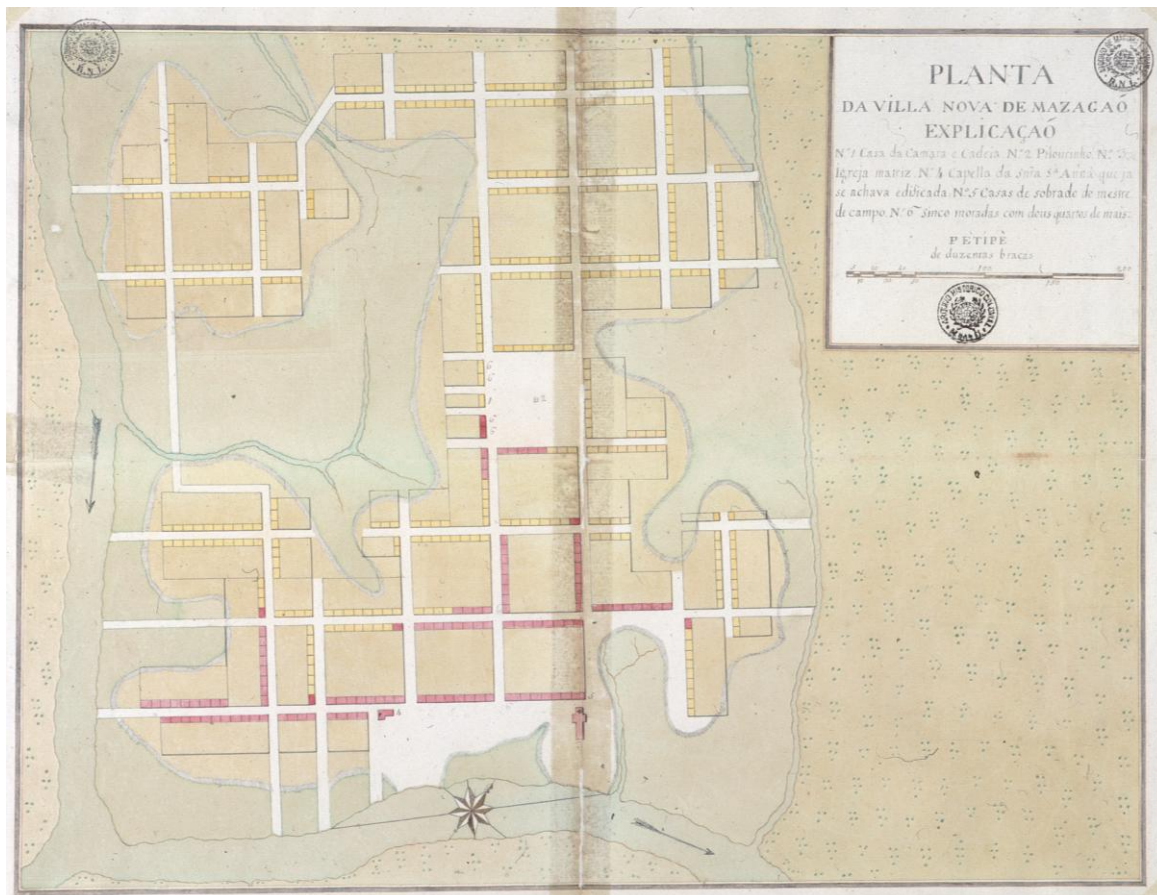


Figura 05: PLANTA DA VILLA NOVA DE MAZAGAÓ EXPLICAÇÃO [Fonte: Projeto Resgate-MinC; Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa].

Na explicação que acompanha o documento encontram-se as seguintes identificações: N.º. 1 Casa da Câmara e Cadeia. N.º. 2 Pilourinho. N.º. 3 Igreja matriz. N.º. 4 Capella da Snra Sa. Anna que já se achava edificada: N.º. 5 Casas de sobrado de mestre de campo. N.º.6 cinco moradas com dous quartos de mais. Petipe de duzentas braças.

## VII - AS IGREJAS DA NOVA VILA DE MAZAGÃO

Na reconstrução de Mazagão, para além da necessária edificação de casas, ocupando assim os lotes previstos no Plano da Nova Mazagão desenhado por Domingos Sambucetti, em 1769, era importante a implantação dos símbolos dos poderes civil, judiciário e da igreja, devidamente representados pela Casa de Câmara e Cadeia, pelo Pelourinho e pela Igreja Matriz.

Como destacado por Laurent Vidal<sup>14</sup>, se havia uma construção que deveria ser feita com a máxima urgência, tratava-se exatamente da igreja. Mas no caso de Mazagão, por conta da lentidão dessa construção, a decisão foi pela utilização da igreja que já existia na vila, construída para os índios e que não tinha sido derrubada com o início da implantação de Mazagão por sobre o sítio da Vila de Santa Anna. Essa utilização foi de fato temporária, pois a antiga capela de Santa Anna não tinha as dimensões necessárias para acolher a nova comunidade. Diversas fontes documentais confirmam que uma igreja foi construída em Mazagão, entre o início de 1772 e o de 1773 e que pelo menos inicialmente era intenção construí-la de pedra, como teria sido previsto no Plano de Sambucetti.

Sobre a construção da igreja de Mazagão Katy Eliana Motinha<sup>15</sup> destaca:

“A lentidão das obras se verifica, também, na construção da igreja, iniciada em março de 1772 e somente concluída em agosto de 1773, embora desde janeiro de 1770, o vigário capitular do bispado do Pará, Giraldo José Abranches, houvesse enviado a Mendonça Furtado, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, ofício no qual confirmava o padre João Valente do Couto como vigário da igreja da freguesia de Nova Mazagão, de invocação à Nossa Senhora da Assunção”.

Com relação às dificuldades envolvendo a construção da igreja, o vigário Manoel da Gama Lobo, após tomar conhecimento do projeto, provavelmente de autoria de Domingos Sambucetti, encaminhou carta ao governador, datada de 11 de março de 1772<sup>16</sup>, invocando a necessidade de “maes que tudo Índios; por que com os que temos devem parar todas as cazas, ou não ha de ter principio a Igreja: pedreiros são tão bem precizos alguns (...)”.

Como não ocorreu a transferência de mão de obra indígena, e como também não foram encaminhados novos artesãos, essa igreja foi construída em madeira, e não em pedra, como previsto<sup>17</sup>. Mas, posteriormente, em fins do século XVIII e no início do XX, foram edificadas igrejas de pedra em Mazagão, sendo que aquela do século XVIII deve corresponder às ruínas reencontradas pelos arqueólogos e de interesse para o projeto envolvendo o levantamento de materiais pétreos empregados na construção de monumentos históricos.

<sup>14</sup> VIDAL. *Mazagão a cidade que atravessou o Atlântico*. p. 173.

<sup>15</sup> *Arquivo Público do Pará. Códice 128, segundo Katy Eliana Ferreira Motinha (UNIFAP)*. Vila Nova de Mazagão: espelho de cultura e de sociabilidade portuguesas no vale amazônico, p. 7

<sup>16</sup> APEPa – Diversos com governo – Cod. 242. D. 14: Carta de Manoel da Gama Lobo.

<sup>17</sup> VIDAL. *Mazagão a cidade que atravessou o Atlântico*. p. 174.

## VIII - TÉCNICAS CONSTRUTIVAS, MATERIAIS EMPREGADOS E ANDAMENTO DAS OBRAS DA ANTIGA IGREJA MATRIZ DA NOVA VILA DE MAZAGÃO

O processo de construção da vila, incluindo observações sobre técnicas, condições de trabalho e materiais, foi assim descrito por Laurent Vidal<sup>18</sup>:

“A falta de braços especializados era preocupante, na medida em que comprometia o andamento das obras, apesar de a coroa fornecer os instrumentos necessários para os carpinteiros e pedreiros preparem o material a ser utilizado nas construções: “os carpinteiros preparavam a madeira em bruto cortada pelos serradores fazendo com ela asnas, ripas e tábuas com que depois armavam a estrutura das paredes. Os alicerces são sumários: os barrotes ou vigas em que se apoiariam as grades de ripas mergulhavam no terreno apenas até meio metro. As portas e janelas eram construídas com tábuas. Uma vez montada aquela estrutura, entravam em acção os pedreiros, que a enchiam com taipa (barro amassado com palha ou ervas secas). Depois de seca a taipa aplicavam o reboco exterior. Por fim, os serralheiros montavam as fechaduras. (...) As técnicas de construção incorporaram algumas práticas indígenas. Os primeiros tetos foram feitos com a ajuda de folhas trançadas de uma palmeira chamada ubim, enquanto os primeiros fornos para o fabrico de telhas não estavam prontos. Além disso, os construtores preferiam fazer as amarrações com fibras vegetais ao invés de utilizarem pregos para fixar caibros, traves e ripas, nesse caso à despeito do recebimento de milhares de pregos de diferentes tipos”.

Com relação à mão de obra especializada para as construções de Mazagão, Katy Motinha<sup>19</sup> comenta:

“(…) verifica-se nas viagens empreendidas entre abril de 1770 a setembro de 1771, foram transportados os primeiros mazaganistas destinados não só a povoar mas, também, a iniciar os trabalhos de construção da nova Vila. As cinco primeiras relações são as únicas a conter as anotações dos ofícios dos transportados: ferreiros, carpinteiros, pedreiros, serralheiros diretamente ligados aos trabalhos de construção (...). Os trabalhos desenvolviam-se morosamente tendo em vista que, em 5 de janeiro de 1773, o comandante nomeado para a Vila Nova de Mazagão, Lobo de Almada, informava ao governador do Grão-Pará, João Pereira Caldas, a informação de 117 casas completas e mais 61, incompletas, das quais 36 não estavam caiadas e 25 nem caiadas ou rebocadas, mas todas já habitadas. Informava, também, que iniciara a construção de mais 17”.

Sobre os materiais para as construções, apesar da possibilidade de utilização de materiais locais, tais como o barro para a taipa, a madeira e a palha para a cobertura, existem registros dando conta de que a pedra, principalmente para a construção de uma igreja, bem como a cal, foram transportadas de fora. Para a localização das pedras e da areia existiam os chamados cavouqueiros. Uma vez localizadas, eram transportadas pelos carreadores, que eram condutores de carros de boi.

<sup>18</sup> VIDAL. *Mazagão a cidade que atravessou o Atlântico*. p. 144-152.

<sup>19</sup> *Arquivo Público do Pará. Códice 128, segundo Katy Eliana Ferreira Motinha (UNIFAP)*. Vila Nova de Mazagão: espelho de cultura e de sociabilidade portuguesas no vale amazônico, p. 7 (27p.).

Com base na documentação histórica constata-se que apenas a segunda igreja da Nova Vila de Mazagão (Figura 06) foi construída com o emprego da pedra. Como destaca Marcos Albuquerque<sup>20</sup>, arqueólogo responsável pela redescoberta de suas ruínas:

“as paredes estruturais da igreja foram em pedra, com esteios de madeira. Grossas madeiras, algumas em sua forma natural, cilíndricas, outras lavradas com cerca de 30cm de lado. Os esteios de madeira nasciam da base dos alicerces, com cerca de 1,70m de profundidade e elevavam-se até a empena. A profundidade dos alicerces, associada à sua espessura revelam que provavelmente a construção da igreja previa a utilização da nave para abrigar sepultamentos. Uma prática certamente comum no século XVIII”.



Figura 06: Ruínas da segunda igreja construída em Mazagão [Fonte: Acervo do Autor, 2010].

## IX - CONTRADIÇÕES ENVOLVENDO A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA IGREJA DE PEDRA DA VILA NOVA DE MAZAGÃO

Levando em conta as informações sobre a construção de uma igreja que seria de pedra, e em especial a da Matriz de Mazagão, contidas em inúmeros documentos oficiais, encontram-se explicações para mudanças em termos dos materiais empregados, mas nada é mencionado sobre a decisão tomada posteriormente, mas ainda em fins do século XVIII, envolvendo a construção dessa nova igreja, mas em outro local, que aquele indicado na planta de Sambucetti.

Considerando as descrições sobre os materiais empregados, é mesmo possível concluir que uma primeira igreja tenha sido construída no local definido por Sambucetti, ou seja defronte ao rio Mutuacá, mas que por conta dos materiais empregados não teria resistido às ações do tempo. A ausência de seus vestígios poderia também ser explicada por construções residenciais posteriores, edificadas no mesmo sítio.

<sup>20</sup> ALBUQUERQUE. *Remanescentes materiais do período pombalino no Amapá*. p. 16.

Como se pode depreender dos documentos, concomitante à degradação dessa primeira igreja, foi iniciada a construção de uma segunda e de pedra, mas em local não informado. Com a “redescoberta” das ruínas de Mazagão, esta localização tornou-se conhecida.

Assim, posteriormente à utilização da antiga capela do povoado de Santa Ana e à construção da primeira igreja, outra igreja foi construída, desta vez com a utilização de materiais pétreos, principalmente em seus alicerces e em algumas de suas paredes, próxima à área onde foram construídos os prédios públicos, Câmara e Cadeia e o Pelourinho, coincidindo com a área onde foram encontradas as ruínas de uma igreja de pedra.

Reforçam essa hipótese as informações contidas na *Carta de Izidoro José da Fonseca*<sup>21</sup>, datada de 19 de setembro de 1779, dando conta de que: *depois das casas, são as construções oficiais, públicas ou religiosas, que caem aos pedaços: a primeira igreja ameaça desmoronar e é preciso trasladar o altar com a máxima urgência para a nova igreja de pedra, ainda em construção. – que não tardará a conhecer o mesmo destino*”. Assim, fica evidente a existência de uma igreja, denominada como sendo a primeira e que estaria desmoronando. Por essa e por outras fontes essa igreja, não seria de pedra e teve sua edificação concluída no início de 1773, pois naquela altura a antiga capela da Vila de Santa Anna já não atendia adequadamente. Fica também a informação dando conta da construção em andamento de uma nova igreja, de pedra, mas em 1779.

Sobre o processo de degradação que acometeu as construções na Vila Nova de Mazagão, *Francisco de Souza Estrella Mestre Carpinteiro, e Joaquim Antonio, Mestre Pedreiro das Reaes obras desta Villa de Maz.*<sup>am</sup> no *Estado do [Gran] Para*<sup>22</sup>, escreveram:

Atestamos, ecertificamos, quetodas as Propriedades de Cazas que setem edeficado, e estão ainda Constroindo nesta Villa, samformadas demadeira, eCobertas depalha, cuja cobertura So dura quando muito o tempo de quatro annos, asparedes seformalizaõ detera com amesma madeira, e ultimamente são rebocadas ecayadas, que seavista das ditas Propriedades, ao exterior, quando seacabaõ deconstruir, aumentase aduraçaõ, esta será mais continuada por largos annos, porem como amesma obra sómente conciste em semelhante apparencia, sem duvida que quando humas Propriedades seraõ concluindo, o tempo tem arruinado outras, que seachaõ acabadas, por que as muitas trovoadas que nosenvernos se experimentaõ, de rigorosos ventos, econtinuadas chuvas, he que asfazem demolir epella cobertura não ser duravel searruinaõ asparedes, estas já na mayor parte das sobreditas cazas, se achaõ cahidas, porcuja cauza nonhé constante ao presente, que alguns dos Senhores delas estan vivendo emoutras, que aoutros pertencem, eque.....is procimamente seconcluiraõ, porestarem aquelas jadetodo inabitaveis, etambem sem duvida que pelas m.tas Agoas que oterreno conserva, apodrecem asmadeiras que formaõ osalicerces, em poucos annos seestinguira esta Fundação, por termos observado não só esta circumstancia, mas também que nodiscurso detodo otempo quetemos deexistencia nesta mesma villa, não tem havido hum só morador que naõtenha aCupado pelos nossos Ofícios, para edificarem assuas taes Propriedades, isto motivado dagrande pobreza emque osmesmos estão constituídos, e por considerarmos odeploravel estado

<sup>21</sup> Carta de Izidoro José da Fonseca. APEPA – Localização: Diversos com governo – Cód. 350, d. 9.

<sup>22</sup> AHU-Pará – Documento 6720 (05/02/1779 - Queixas contra a instalação da Vila Vistosa de Madre de Deus). Projeto Resgate. *Attestação do mestre carpinteiro e do mestre pedreiro*. 19 de dezembro de 1778.



em que se achão as referidas Propriedades, e adiminuta duração, que sem duvida ellas deverão ter, temos avaliado algumas debaixo do juramento dos santos Evangelhos, emocazões que tem sido nesessaria esta Circunstancia, pella terça parte do que a Real Fazenda com elas despende edecomo esta [...pedida], epasar todo o[...] naverdade, [...] dos Santos Evangelhos: Mazagão 19 de Dezbr<sup>o</sup> de 1778. Joaq<sup>m</sup> Antonio - Fran<sup>o</sup> de Souzaestrela - Reconheço a letra dos assignados da Petição.

Sobre essa igreja de pedra, cujas ruínas constituem os únicos vestígios de construções históricas do estado do Amapá, para além da Fortaleza de São José de Macapá, e que como já mencionado interessam ao projeto que trata do levantamento de matérias pétreas utilizados em construções do período colonial, Laurent Vidal<sup>23</sup> informa que parte da mesma desmoronou em 1787, completando que já em 1786 tinha desmoronado o edifício da Casa de Câmara e Cadeia, seguido, pouco tempo depois, pelo do pelourinho que havia sido colocado na praça em 14 de maio de 1777.

Para Marcos Albuquerque, coordenador da equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE responsável pela prospecção arqueológica que acabou por redescobrir as ruínas dessa igreja construída em pedra, em Mazagão Velho, existem muitas coincidências entre o traçado do povoado atual e o traçado proposto para a Vila Nova Mazagão e segundo destacado pelo mesmo:

do ponto de vista do traçado urbanístico, a igreja localizada nas proximidades do rio, de acordo com a planta da cidade, divergia das práticas de então, quando a matriz era, quase sempre posicionada no conjunto da praça principal, compondo com a casa de Câmara, o pelourinho, e demais prédios públicos.

Com relação à essa localização para a antiga Igreja Matriz, afastada do rio, reforça a conclusão de Paulo de Assunção, para quem a Vila Nova de Mazagão “foi concebida a partir de um plano regular: praça central com uma igreja e casa da câmara, a partir da qual a vila ganharia conformações nos lotes concedidos às famílias. A praça, como um espaço fechado, orientava a organização do espaço urbano, funcionando como elemento estruturador”. Citado por Paulo de Assunção<sup>24</sup>, Nelson Omeña também contribui com elementos para a localização da matriz próxima à praça principal, lembrando que nas cidades constituídas pelos portugueses essa configuração era fundamental, pois representava o espaço de ajuntamento civil, onde as principais cenas da vida política e religiosa aconteciam.

De fato, a superposição da antiga planta da Vila Nova de Mazagão ao terreno, e considerando o local das ruínas, levou outros pesquisadores a concluir que uma igreja foi construída muito próxima a uma dos lados da praça planejada por Sambucetti e onde se encontravam prédios públicos e o pelourinho. No entanto, a associação direta entre a área de um campo atualmente existente em Mazagão Velho, com a da

<sup>23</sup> VIDAL. Mazagão a cidade que atravessou o Atlântico. p. 201.

<sup>24</sup> OMEÑA. 1971. In: Paulo de Assunção. *Mazagão: cidades em dois continentes*. usjt - arq.urb - número 2/ segundo semestre de 2009. 55p.

área da antiga praça, considerando a localização das ruínas, não procede. Muito provavelmente, parte da área ocupada pela antiga praça encontra-se atualmente tomada pela vegetação.

## **X - A LOCALIZAÇÃO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO E A SUA ASSOCIAÇÃO COM AS RUÍNAS NA CARTOGRAFIA DA VILA NOVA DE MAZAGÃO**

Embora Sambucetti tenha assinalado em suas plantas um outro local para a construção de uma Igreja Matriz, que aquele onde foram encontradas as ruínas de Mazagão Velho, a iconografia que consta da *CARTA THOPOGRAFICA, DA CIR CONFERENCIA, DA VILLA DE MAZAGAM*<sup>25</sup>, também de sua autoria e produzida por ordem do Capitão-general Fernando da Costa Ataíde Teive, governador da Capitania do Pará, traz a única representação da igreja em local não situado defronte ao rio Mutuacá.

Pela análise da iconografia, a igreja encontrava-se próxima ao local onde teriam sido edificadas as construções públicas, incluindo o pelourinho. Na ilustração que consta dessa CARTA, à frente da representação da igreja e defronte ao rio Mutuacá encontram-se representadas inúmeras casas. Em parte, essa disposição confirmando a não construção da igreja no local assinalado nas plantas, atestaria que o plano de Sambucetti não foi integralmente seguido, que a decisão final sobre o local de construção da igreja de pedra recaiu sobre os construtores locais e que essa CARTA teria sido produzida posteriormente, sem que tenha, no entanto, ocorrido qualquer modificação nas plantas produzidas anteriormente pelo engenheiro.

Segundo Maria Carneira da Silva e José Alberto Silva Tavim<sup>26</sup>, para quem a Vila Nova de Mazagão foi planejada para receber colonos, entre 1770 e 1771, com o objetivo de lhes proporcionar uma existência segura e eficaz, a antiga praça do pelourinho de Vila Nova de Mazagão, é hoje um “vasto campo vazio, que serve de antecâmara à povoação habitada”, e que tem à sua esquerda o muro do cemitério dito dos negros, mas também conhecido como o cemitério antigo denominado de Santo Antônio. Ao fundo desse campo, “a estrada que leva às ruínas da antiga matriz de N<sup>ã</sup> Sra da Assunção de Mazagão Velho tem a sua «entrada», à direita”.

<sup>25</sup> Produzida por Domingos Sambocetti [c. 1774], pertence ao acervo da Mapoteca do Itamaraty (Inv. 2547).

<sup>26</sup> *Marrocos no Brasil: Mazagão (Velho) do Amapá em festa - a festa de São Tiago*. Maria Carneira da Silva Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL - Departamento de Antropologia José Alberto R. Silva Tavim Instituto de Investigação Científica Tropical Departamento de Ciências Humanas. 23p.



Figura 07: (a) Fotografia aérea da atual Mazagão Velho, com indicação do citado campo, tendo o cemitério “dito dos negros” localizado na sua parte inferior [Fonte: Acervo Gabriel Penha]. (b) caminho de acesso às ruínas, a partir do canto inferior esquerdo do campo apresentado em (a) [Fonte: Acervo do Autor, 2010].

Considerando que parte da área na qual atualmente existe esse campo vazio, seja a área onde foi construída a praça da Vila Nova de Mazagão, a posição das ruínas, situadas em meio à mata e a cerca de 50 metros desse campo, sinaliza para a possibilidade de parte da praça ter sido igualmente envolvida pela mata. Ao longo desse caminho que faz a ligação do campo vazio e o início das ruínas, podem ser observadas inúmeras peças de cantaria, bem como vestígios de outras edificações, que reforçam essa hipótese (Figura 08).



Figura 08: Peças de cantaria, encontradas dispostas às margens do caminho de acesso às ruínas da segunda igreja de Mazagão [Fonte: Acervo do Autor, 2010].

Em 1978, Estácio Vidal Picanço<sup>27</sup> reproduz nas suas informações sobre a História do Amapá, uma fotografia da nova igreja de Mazagão, erguida posteriormente e outra da antiga, que já se encontrava em ruínas.

Essa nova igreja (Figura 09), que corresponde à atual matriz de Mazagão Velho, e também dedicada à Nossa Senhora da Assunção, teve a sua 1<sup>a</sup>. pedra lançada em 22.02.1933, pelo Pe. Philippe Blanke. A igreja foi construída defronte ao rio, em um local onde anteriormente existia o prédio da antiga prefeitura.

Em 1937, segundo informações disponibilizadas pelo site da Diocese de Macapá, com a inauguração dessa nova Igreja Matriz, uma outra, antiga e cuja localização difere daquela onde se encontram as ruínas, que ao longo dos anos tinha sofrido várias remodelações, foi desmanchada e, em seu lugar construída uma Capelinha de madeira, piso de cimento e coberta com telhas de barro, onde é guardada a imagem de S.Tiago e dela sai a procissão no dia da festa. Em 1973, foi completamente reconstruída, nas mesmas medidas e características da anterior.

Essas informações sinalizam, portanto, para a existência de uma quarta construção, datada da primeira metade do século XX, para abrigar a Igreja Matriz, em local diferente do das ruínas e situado defronte ao rio Mutuacá, mas apenas em parte como indicado nas plantas de Sambucetti, pois de fato a construção encontra-se uma quadra à esquerda do local originalmente indicado.



Figura 09: (a) Identificação da mais nova igreja de Mazagão, que corresponde à atual matriz de Mazagão Velho, e também dedicada à Nossa Senhora da Assunção. Teve a sua 1<sup>a</sup>. pedra lançada em 22.02.1933, pelo Pe. Philippe Blanke [Fonte: Acervo do Autor, 2010]. (b) vista do rio Mutuacá, e área situada defronte à nova igreja de Mazagão. A posição ocupada pela última construção à direita da foto coincide aproximadamente com aquela ocupada pela antiga capela do povoado de Santa Ana [Fonte: Acervo Elder Fábio].

<sup>27</sup> Estácio Vidal Picanço. Informações sobre a História do Amapá cit., p. 5. *Em Perfil do Amapá 1999/2000*. p. 30. Esse mesmo autor data uma fotografia da antiga matriz de Mazagão ainda de pé, da década de 40.

## XI - PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO NA REGIÃO SUDESTE: O CASO DO PELOURINHO DE VILA RICA

É do sudeste do Brasil, da antiga Vila Rica, o segundo dos dois estudos de caso a serem apresentados. Nesse caso, a única representação do monumento, bem como a descrição dos materiais pétreos empregados em sua construção, nos anos 1770, encontra-se em um documento manuscrito guardado no Arquivo Público Mineiro (Figura 10).

Vila Rica, capital da antiga capitania de Minas Gerais, também dispunha do seu pelourinho. Construído inicialmente em madeira, quando da criação da vila, este foi substituído por um de pedra, em 1748, e demolido anos mais tarde. Sendo assim, sobre o mesmo só restaram referências contidas em documentos que se encontram sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. No Doc. 03/CMOP-cx 21, que trata da aprovação pelo Senado da Câmara da construção do pelourinho, a folha 02 traz apenas o título: *Condissoens comazquaiz Sehão dearrematar o Pellourinho desta V.<sup>a</sup> Rica*. Já na seguinte, tem início a descrição dessas condições e sobre os materiais a serem empregados na sua construção, sob o título: *Condissoenz com q. sehão dearrematar opelourinho feito easentado naprassa desta villa feito depedra dita Collumy*. Na folha de nº. 4v e em meio às referidas condições, aparece uma que nada tem a ver com o pelourinho, mas que obrigava o arrematante a construir e colocar os marcos de delimitação da sesmaria de Vila Rica. Além da aprovação das condições pelo Senado da Câmara, em 20 de maio de 1747, constam ainda do documento uma ilustração do pelourinho e sua respectiva planta. Sua construção foi arrematada em agosto de 1747, por Domingos Roiz Tôrres, que o construiu por quatrocentos mil reis<sup>28</sup>.

Como de rotina, após ter sido arrematada a obra, procedeu-se ao registro das condições impostas pela Câmara de Vila Rica para a sua construção. Nesse registro, o qual corresponde às fls 63v-66 do Códice CMOP-53, do Arquivo Público Mineiro, intitulado: *Rezito das condiçoins comque serematou aobra do Pellourinho daprassa desta villa*, encontra-se detalhada descrição do projeto e das rochas que seriam empregadas. Consta que o novo pelourinho seria de pedra do Itacolomy e deveria ser assentado na praça da Vila. Ele *deveria ter os alisserces de pedra de lagedo, asentada em cal e area, devendo o pedestal da colluna ser de hua pedra inteirissa e a própria colluna de huma pedra inteirissa com todos os seus ornatos como mostra o risco levando dous escudos ou armas reais hum fazendo frente p.a a cadea, e outro pera o palacio*.

<sup>28</sup> Arquivo Público Mineiro. Códice CMOP-53, folhas 62-62v.



Figura 10: O pelourinho de Vila Rica e sua única representação, segundo condições e planta disponíveis no Doc 03/CMOP:cx 21, do Arquivo Público Mineiro [Fonte: Acervo do APM].

Transferido em 1797 para o Largo de São Francisco, o pelourinho ficou entre a casa do Ouvidor e a Igreja de São Francisco de Assis. Após muitas discussões e resoluções, incluindo um pedido de retirada encaminhado pelo Comandante do Corpo Policial, sob a alegação de que o pelourinho impedia a formatura do corpo no dito largo, foi o mesmo finalmente demolido entre 1857 e 1867. Por recomendação da Câmara, esta demolição deveria se dar com cautela, “a fim de não estragar as cantarias, offerecendo-se os materiaes ao Governo afim de os empregar em qualquer obra publica”.

Não existem informações precisas, mas sua cantaria pode ter sido utilizada para a construção de uma coluna em memória dos Inconfidentes e que ficou conhecida como Coluna Saldanha Marinho, que a essa época era o Presidente da Província. Quanto a isso, Francisco Antonio Lopes reproduz informações conflitantes e divulgadas no Diário de Minas de maio de 1867<sup>29</sup>. Uma dá conta de que a coluna teria sido

<sup>29</sup> LOPES. *Os Palácios de Vila Rica*, p. 119 - 123.

construída com a pedra do antigo pelourinho e a outra, envolvendo a própria comissão encarregada de erigir a coluna, que declara ter sido utilizada somente pedra nova do Itacolomy. Esta coluna, instalada na principal praça da cidade de Ouro Preto, em 1867, foi retirada por conta da reforma de 1894 para a implantação do monumento a Tiradentes. Transferida para o pátio da Central do Brasil, foi reinstalada na Praça Amadeu Barbosa, em 1980. Atualmente, encontra-se instalada na Praça Cesário Alvin.

## XI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Marcos Antônio Gomes de Mattos de. *Remanescentes materiais do período pombalino no Amapá*. Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação, 2007. Vol. 1, No. 6, p. 313-319.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998. 356p.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *Mazagão: cidades em dois continentes*. usjt - arq.urb - número 2/ segundo semestre de 2009. 55p.
- COSTA, Antônio Gilberto. *Rochas e Histórias do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas*. Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi, 2009. 291p.
- GARCIA, João Carlos (Coord.). *A mais dilatada vista do Mundo. Inventário da Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- MOTINHA, Katy Eliana Ferreira. *Vila Nova de Mazagão: espelho de cultura e de sociabilidade portuguesas no vale amazônico*. UNIFAP.
- PICANÇO, Estácio Vidal. *Informações sobre a História do Amapá*. Perfil do Amapá 1999/2000. p. 30.
- SILVA, Maria Carneira & TAVIM, José Alberto Silva. *Marrocos no Brasil: Mazagão (Velho) do Amapá em festa – a festa de São Tiago*. Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades.
- VIDAL, Laurent. *Mazagão a Cidade que atravessou o Atlântico*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008. 294p.